



# FAUNA EXÓTICA INVASORA NO ESTADO DO PARANÁ

Carlos V. N. Jaworski

carlosjaworski@hotmail.com

---

## INTRODUÇÃO

As espécies exóticas invasoras quando introduzidas em ecossistemas, alteram sua dinâmica natural colonizando rapidamente o novo habitat. Ocasionalmente podem suprimir as espécies nativas mais suscetíveis. Devido a estas características são reconhecidas como a segunda causa mundial de perda de diversidade biológica, com impactos equivalentes aos gerados por efeitos de mudanças climáticas. (Instituto Ambiental do Paraná, 2008). Um número pequeno de indivíduos, representando uma pequena fração da variação genética da espécie em seu ambiente natural, pode ser suficiente para gerar danos ambientais massivos em um novo ambiente (Programa Global de Espécies Invasoras, 2005). Para a conservação da biodiversidade, o exímio manejo das espécies exóticas é primordialmente necessário. As ações de prevenção, controle, monitoramento e erradicação envolvem diversas esferas da sociedade, requerendo esforços do conjunto para reduzir os impactos ambientais causados pelas espécies exóticas invasoras.

## OBJETIVOS

O presente estudo tem por meta contextualizar através de revisão de literatura as estratégias de manejo realizadas no estado do Paraná no âmbito das espécies exóticas de fauna.

## MATERIAL E MÉTODOS

Foram avaliados diversos estudos apresentados em periódicos científicos nacionais, legislação estadual, nacional e internacional pertinente e iniciativas de orga-

nizações ambientais. A partir das informações encontradas foi elaborada uma síntese de seus conceitos.

## RESULTADOS

A complexidade e a abrangência das conseqüências de invasões biológicas sobre os recursos naturais e os seres humanos têm levado à mobilização mundial e ao desenvolvimento de ações articuladas e abrangentes. Tais iniciativas incluem a consolidação de estratégias nacionais e/ou políticas específicas (Miller, Gunderson, 2004). O Paraná é o primeiro estado brasileiro com um programa consolidado que visa proteger a biodiversidade nativa dos impactos negativos decorrentes das invasões biológicas. O Programa de Controle e Erradicação de Espécies Exóticas Invasoras do Estado do Paraná reconhece 58 espécies exóticas pertencentes à fauna em ambientes naturais e 11 em ambientes urbanos e periurbanos (Instituto Ambiental do Paraná, 2009). As atividades relacionadas às espécies exóticas devem priorizar as áreas pertencentes ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação SNUC. Quanto ao reconhecimento de organismos exóticos, o manejo efetivo das Unidades de Conservação (UCs) precisa incluir um sistema permanente de prevenção e detecção precoce da chegada destas espécies, assim como um bom diagnóstico das já existentes (Ziller, 2006). Das 66 UCs existentes no Estado do Paraná as espécies exóticas estão presentes em 63, sendo 25 Áreas de Proteção Integral (Almeida, 2010; Instituto Ambiental do Paraná, 2010). A dinâmica desempenhada por espécies exóticas requer ações de controle imediatas, pois a lentidão em sua implementação implica em uma redução significativa das possibilidades reais da erradicação ou controle efetivos, aumentando os custos necessários e

reduzindo a capacidade do ecossistema se recuperar à sua condição natural (Instituto Ambiental do Paraná, 2008). É imperativo que as questões de conservação da biodiversidade recebam prioridade, em função da falta de ações passadas e presentes para enfrentar os impactos ambientais decorrentes da presença de espécies exóticas invasoras (Oliveira, Machado, 2009). Analisando a produção científica no Paraná, observou-se que as espécies exóticas são, em sua maioria, citadas em estudos de levantamento e riqueza de espécies, sendo ainda insuficientes os estudos sobre sua biologia e suas consequências no ambiente. Em contrapartida, estudos mais específicos podem ser encontrados em espécies como *Limnoperna fortunei* Dunker, 1857 e *Achatina fulica* Bowdich, 1822, assim como em exemplares da ictiofauna. Atualmente, o Instituto Hórus possui diversos projetos em andamento no âmbito de diagnosticar as populações de espécies exóticas no país e a amplitude na qual seus impactos acarretam, liderando programas de erradicação e controle destes organismos (Instituto Hórus, 2011). Afiliado à Invasive Information Networks (I3N, 2011) contribui com uma vasta base de dados e apresenta a análise do potencial de risco ambiental, disponibilizando uma importante fonte de conhecimento, a qual fornece subsídios para ações sobre as espécies exóticas invasoras. Embora as sociedades protetoras dos animais possam rechaçar iniciativas de controle de animais, é fundamental que isso aconteça. A eutanásia de espécies exóticas invasoras, ainda que de forma ética e com mínimo sofrimento, é uma medida necessária para viabilizar a manutenção da integridade ecológica nas UCs (Ziller, 2006). Por esse motivo, a conscientização da população é uma premissa indispensável para a execução e sucesso das atividades.

## CONCLUSÃO

O reconhecimento do potencial gerador de impactos das espécies exóticas invasoras e sua amplitude exercida nos ecossistemas naturais é o primeiro passo para se tomar decisões cabíveis que guiem as atividades preventivas e a mudança de comportamento da sociedade. Ultrapassado os obstáculos legais, emerge a necessidade de

ampliar campanhas de conscientização, de fomento às pesquisas, de estudos biológicos e ecológicos específicos, da avaliação dos impactos e da execução das alternativas viáveis de intervenção ante a presença das espécies exóticas.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. 2010. Exóticos e perigosos. *Journal Gazeta do Povo*. Vida e Cidadania Meio Ambiente. Curitiba, PR, p.10, 4 ago 2010. PROGRAMA GLOBAL DE ESPÉCIES INVASORAS (GISP). 2005. South America invaded: The growing danger of invasive alien species. INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ (IAP). 2008. Programa Estadual para Espécies Exóticas Invasoras do Estado do Paraná. INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ (IAP). Portaria nº 125, de 07 de agosto de 2009. INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ (IAP); Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas (DIBAP). 2010. Lista geral das Unidades de Conservação Estaduais. INSTITUTO HÓRUS, THE NATURE CONSERVANCY, 2011. Disponível em: [www.institutohorus.org.br](http://www.institutohorus.org.br). Acesso em: 22 abr 2011. INVASIVE INFORMATION NETWORKS (I3N). 2011. Disponível em: <http://i3n.institutohorus.org.br/index.asp>. Acesso em: 05 mai 2011. MILLER, M. L.; GUNDERSON, L. H. 2004. Biological and cultural camouflage: the challenges of seeing the harmful invasive species problem and doing something about it. In: Miller ML, Fabian RN (Ed.). *Harmful invasive species: legal responses*. Washington, DC, Environmental Law Institute, p. 1 - 22. OLIVEIRA, A. E. S.; MACHADO, C. J. S. 2009. Quem é quem diante da presença de espécies exóticas no Brasil: Uma leitura do arcabouço institucional - legal voltada para a formulação de uma Política Pública Nacional. *Campinas: Ambiente & Sociedade*, v. XII, n. 2, p. 373 - 387. ZILLER, S. R. 2006. Espécies da flora exótica em Unidades de Conservação. In: *Unidades de Conservação: Ações para valorização da biodiversidade*. Campos JB, Tossulino MGP, Muller CRC (Eds.). Curitiba: Instituto Ambiental do Paraná, p. 34 - 52.